



Prefeitura Municipal de Belém

PRODUTO OFICINA 10

Distrito Administrativo do Bengui - DABEN

Local: E.M.E.F. Walter Leite Caminha - Trav. Quatro, 72 - Bairro: Mangueirão

Data: 20/06/2024

TEMAS 1/3/5: ECONOMIA, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INCLUSÃO SOCIAL/ ORDENAMENTO TERRITORIAL E USOS DO SOLO_TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANA/ PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL

AMBIENTE INTERNO	AMBIENTE EXTERNO
FORÇAS	OPORTUNIDADES
 Existência de equipamentos de saúde no distrito; Iniciativas sociais da comunidade especialmente na promoção de atividades esportivas; Existência de equipamentos educacionais; Existência de ambiente natural remanescente, como os parques do Ariri e Guajará; Área em expansão imobiliária comercial e urbana; Valorização imobiliária como impacto das intervenções públicas; Crescimento da incidência de estabelecimentos de comércio e serviços noturnos. 	 COP 30; Implementação de políticas de esporte, lazer e cultura; Implantação de espaços públicos de geração de trabalho e renda de economia popular; Implantação de espaços educacionais de ensino tecnológico a partir de parcerias (universidades/sistemas/empresas de TI e inovação); Utilização cursos d'água e da rede hídrica para abastecimento de água local
FRAQUEZAS	AMEAÇAS
 Carência de espaços públicos de convivência social, lazer, esporte e cultura; Espaços educacionais não são liberados para atividades comunitárias de lazer nos finais de semana; 	 Má distribuição do atendimento especializado de saúde no distrito; Necessidade de redefinição dos limites dos distritos DAENT e DABEN, para respeitar os limites do bairro Mangueirão, apenas uma pequena parte deste se encontra no DABEN;





- Precariedade na oferta de transporte público (poucas linhas de ônibus);
- Trânsito desordenado no entorno de feiras e mercados;
- Carência de creches públicas para atender as mães que trabalham fora;
- Ausência do Poder Público na promoção da manutenção, ordenamento e de ações de educação ambiental nas feiras e mercados;
- Espaços sujos e mal cuidados nas feiras e mercados;
- Não há aproveitamento e parceria com as instituições públicas no que se refere às iniciativas da comunidade;
- Equipamentos públicos existentes em condições precárias, como praças e escolas.

- Ausência de postos de trabalho no Distrito;
- Gestão incipiente de espaço educacionais terceirizados e precariedade da infraestrutura nesses espaços
- Serviço de abastecimento das feiras interditam as vias de circulação;
- Poucos equipamentos educacionais na área do Pantanal;
- Risco dos projetos urbanísticos em implantação não terem continuidade;
- Privatização da COSANPA poderá gerar aumento da tarifa e precarização dos serviços;
- Valorização imobiliária e processo de gentrificação nas áreas de entorno das intervenções de projetos públicos;
- Fechamento de pequenas empresas locais em virtude do surgimento de grandes estabelecimentos comerciais.





TEMA 2: REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E EQUIDADE SOCIOTERRITORIAL

AMBIENTE INTERNO	AMBIENTE EXTERNO
FORÇAS	OPORTUNIDADES
 Existência de muitas Organizações sociais comunitárias no Distrito; Organizações sociais buscam o direito de cumprimento da regularização fundiária e urbanística das áreas de ocupação irregular; Movimentos sociais organizados e atuantes no Distrito; Existência da lei nº13.467/2017, que promove a regularização fundiária apropriada pela comunidade; Centralidade de localização do distrito em relação aos demais do entorno. Facilidade de acesso pelas vias Arthur Bernardes, Tapanã, Yamada, Centenário e Augusto Montenegro. 	 Projetos adequados à realidade local da população no que tange as características regionais; Poder Público tem dialogado mais com as comunidades; Aumento de ações por parte do Poder Público em regularização e emissão de Títulos de posse; Formatar os programas habitacionais a partir da demanda/necessidade da comunidade; Boa qualidade de abastecimento de água potável; Garantia do cumprimento da lei de regularização fundiária pelo Poder Público no Distrito; Necessidade definição de novas Zonas de interesse social – ZEIS; Maior mobilização da comunidade no que tange a busca, junto ao Poder Público, da regularização fundiária de seus terrenos; Aumento na oferta de Equipamentos públicos; Ampliação de produção de mais unidades habitacionais para famílias de baixa renda (Conjuntos habitacionais); Investimentos em Programas que visem qualidade de vida da população, com melhorias nas unidades habitacionais; Desapropriação de áreas abandonadas para promoção de habitação social;





Prefeitura Municipal de Belém

	 Participação da comunidade na discussão do Plano Diretor com maior clareza dos programas e possibilidades políticas mais efetivas;
	 Programas federais de investimento em regularização fundiária;
	 Captação de recursos para a regularização fundiária e urbanística no Distrito;
	 Implementação de programa de melhorias habitacionais com ATHIS (secretaria das periferias).
FRAQUEZAS	AMEAÇAS
 Os programas habitacionais não dão conta da demanda da população por habitações; 	 Falta de interesse político em atender as reais demandas da população;
 Ausência do Poder Público na assistência e orientação às famílias de baixa renda; 	 Qualidade da água ruim – doenças relacionadas a veiculação hídrica;
Mobilidade urbana – ausência do	 Ausência do documento de propriedade;
direito de ir e vir em função da acessibilidade precária nos espaços públicos e transporte coletivo;	 Pagamento de IPTU oneroso (para famílias de baixíssima renda);
 Falta de comunicação entre os movimentos sociais, prejudica a mobilização; 	 Atuação incisiva e insustentável do mercado imobiliário gerando o
 Ausência de saneamento básico – Benedito Monteiro (Tapanã); 	desmatamento de grandes áreas vegetadas para a construção de empreendimentos habitacionais
 Falta de integração viária entre as vias locais dos bairros no Distrito; 	horizontais;
 Ausência de organização social como instituição oficializada 	 Carência de recursos públicos para investimento em regularização fundiária;
 (associações comunitárias); Excesso de burocracia para atender as demandas da comunidade – sem 	 Desapropriação de áreas de ocupação habitacional – risco de reintegração de posse;
retorno dos órgãos sobre as demandas;	 Inviabilidade do sistema alimentador do BRT;

do BRT;





- Dificuldade para aluguel de imóveis pela ausência de documentação da propriedade;
- Poucos espaços públicos de lazer;
- Dificuldade acesso aos programas habitacionais em função dos critérios rígidos de seleção;
- Insegurança pública em função da má qualidade dos espaços públicos no distrito (acesso, isolamento, falta de iluminação e outros);
- Dificuldade de obtenção de regularização fundiária do Jardim Uberaba;
- Precariedade de infraestrutura para a promoção de moradia digna – vias, redes e serviços públicos;
- Carência de equipamentos públicos de qualidade, como saúde, lazer, educação, segurança pública;
- Deficiência de oferta de serviços públicos nos equipamentos existentes;
- Precariedade na oferta de serviços de saneamento básico (.água, esgoto, coleta de resíduos, iluminação pública, pavimentação e drenagem)





TEMA 4: MEIO AMBIENTE, SANEAMENTO E MUDANÇAS CLIMÁTICAS

AMBIENTE INTERNO	AMBIENTE EXTERNO
FORÇAS	OPORTUNIDADES
 Distrito entrecortado por igarapés e nascentes; Orla do Rio Maguari ainda com possibilidade de recuperação ambiental e uso como espaço de lazer; Presença de movimentos sociais atuantes; Grande quantidade de equipamentos urbanos (hospitais e escolas); Grande quantidade de eventos e movimentos de estímulo e preservação da cultura; Grandes áreas de diversos tipos (verdes e passíveis de desapropriação) para receberem projetos estruturantes da prefeitura; 	 Tendência mundial por implementação de projetos que considerem a renaturalização de bacias hidrográficas em áreas urbanizadas; Incentivo à pesquisa e desenvolvimento de projetos de implantação de usinas para utilização do caroço de açaí, com finalidades diversas (indústria de construção, design, tecidos, utensílios e outros); Implementação e apoio para a execução de soluções urbanísticas e de moradia que levem em consideração a realidade do local; Implantação de micro conselhos de proteção ambiental para cada bairro, com o auxílio de lideranças comunitárias;
FRAQUEZAS	AMEAÇAS
 Baixa qualidade na articulação social, planejamento e organização dos movimentos sociais; Ignorância por parte da população em geral sobre os riscos da atuação humana e utilização insustentável para o controle ambiental das bacias hidrográficas; Crescimento do processo de ocupação desordenada, prejudica o 	 Aumento do nível dos mares; Aumento das temperaturas; Especulação imobiliária, que retém grandes áreas e constrói prédios baseados em soluções; incompatíveis com a realidade do ambiente local; Perda de permeabilidade do solo em áreas passíveis de alagamentos;
 ocupação desordenada, prejudica o controle da permeabilidade do solo e intensifica os riscos ambientais, de saúde e segurança pública; Falta de educação ambiental gera pontos críticos de acumulação de resíduos sólidos e prejudica a implementação de programas de 	Perda da massa verde presente no distrito;







Prefeitura Municipal de Belém

reciclagem e reaproveitamento de resíduos;

- Condições precárias de Saneamento básico;
- Falta de manutenção nos dispositivos de drenagem (Poço de visita e bocas de lobo);
- Poluição sonora;
- Desconhecimento da Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) por órgãos gestores;
- Desconhecimento da política de assistência técnica gratuita para projetos de moradia.